

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 4.0 *Na Visão Delas*

ADRIANA SCHIER
CRISTIANA FORTINI
LÍGIA MELO
VANICE VALLE
COORDENADORAS

PREFÁCIO WEIDA ZANCANER



CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Godoy Dotta – Doutor e mestre em Educação. Especialista em Administração, Metodologia do Ensino Superior e em Metodologia do Conhecimento e do Trabalho Científico. Licenciado em Sociologia e Pedagogia. Bacharel em Tecnologia.

Ana Claudia Santano – Pós-doutora em Direito Público Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora e mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad de Salamanca, Espanha.

Daniel Wunder Hachem – Professor de Direito Constitucional e Administrativo da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor e mestre em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Executivo da Rede Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo.

Emerson Gabardo – Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-PR. Professor Associado de Direito Administrativo da UFPR. Doutor em Direito do Estado pela UFPR com Pós-doutorado pela Fordham University School of Law e pela University of California - UCI (EUA).

Fernando Gama de Miranda Netto – Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Direito Processual da Universidade Federal

Fluminense e membro do corpo permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito da mesma universidade.

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro – Doutora em Direito Econômico e Social pela PUC-PR. Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora de Direito Administrativo da UFC-CE. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo - ICDA. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA e coordenadora Regional do IBDU.

Luiz Fernando Casagrande Pereira – Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo. Autor de livros e artigos de processo civil e direito eleitoral.

Rafael Santos de Oliveira – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e graduado em Direito pela UFSM. Professor na graduação e na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Curso de Direito e editor da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global e da Revista Eletrônica do Curso de Direito da mesma universidade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

A238

Administração pública 4.0: na visão delas /
coordenação de Adriana Schier ... [et al.] –
Curitiba: Íthala, 2022.
259p.; 22,5cm

Vários colaboradores
ISBN: 978-65-5765-103-2

1. Administração pública. 2. Direito administrativo. I. Schier,
Adriana (coord.). II. Fortini, Cristiana (coord.). III. Melo, Lígia
(coord.). IV. Valle, Vanice (coord.).

CDD 351 (22.ed)

CDU 35

Editora Íthala Ltda.
Rua Pedro Nolasko Pizzatto, 70
Bairro Mercês
80.710-130 – Curitiba – PR
Fone: +55 (41) 3093-5252
+55 (41) 3093-5257
<http://www.ithala.com.br>
E-mail: editora@ithala.com.br

Coordenação editorial: Eliane Peçanha
Capa: Raro de Oliveira
Diagramação: Eduarda Reolon



Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores a emissão de conceitos publicados na obra. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Íthala. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Sumário

OS DESAFIOS DEMOCRÁTICOS NA CONCRETIZAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: ENTRE A EFICIÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR 21

Raquel Cavalcanti Machado | Isabella Cysne

1	Introdução	21
2	Do governo eletrônico ao governo digital: o controverso fortalecimento da <i>new public management</i>	22
3	O princípio da eficiência no governo digital.....	28
4	Os desafios para a concretização do pilar da participação social no governo digital	32
5	Conclusão.....	37
	Referências	38

A MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO ESTADO ENTRE A INTELIGÊNCIA HUMANA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O ATO ADMINISTRATIVO DO PRESENTE E AS DÚVIDAS DO FUTURO..... 43

Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

1	Introdução	43
2	Integração na gestão digital e a administração da partilha	46
3	A expedição de atos administrativos manifestados com o apoio de IA	49
4	A construção do ato administrativo diante conduções de IA.....	51
5	Conclusão	56
	Referências	57

APONTAMENTOS SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO DIGITAL 63

Dinorá Adelaide Musetti Grotti

1	Introdução	63
2	A chamada “Lei do Governo Digital” na esfera dos serviços públicos.....	63
3	Princípios e diretrizes para a implementação do processo de mudança nos serviços públicos	66
4	Conclusão.....	69
	Referências	70

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VIESES E A AGENDA DE DIREITOS HUMANOS 73

Vanice Lírio do Valle | Erika Alcantara Pinto

1	Introdução.....	73
2	Algoritmos e inteligência artificial: um acordo semântico	75
3	Vieses e inteligência artificial: como e onde eles podem se manifestar	77
4	Direitos humanos e ferramenta enviesada: uma conciliação possível.....	81
5	Conclusão: uma agenda para reflexão futura	85
	Referências	85

ECONOMIA DIGITAL E REGULAÇÃO NO BRASIL..... 87

Ana Cristina Aguiar Viana | Vivian Cristina Lima Lopez Valle

1	Introdução	87
2	A economia digital.....	88
3	Regulação na economia digital	92
4	Conclusão.....	95
	Referências	95

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 4.0 E A REFORMA ADMINISTRATIVA 99

Cristiana Fortini | Marjorie Wanderley Cavalcanti

1	Introdução	99
2	Administração Pública 4.0.....	100
3	A Reforma Administrativa – PEC n. 32/2020.....	101
	3.1 Principais alterações no serviço público	103
	3.2 Novos princípios da Administração Pública	105
4	Análise preliminar da Reforma Administrativa	109
	4.1 A Reforma Administrativa e a eficiência do Serviço Público	110
	4.2 Os novos princípios da Administração Pública e a Reforma Administrativa.....	112
5	Conclusão.....	113
	Referências	115

O AVANÇO DA TENTATIVA DE IMPLEMENTAÇÃO DO ESTADO MÍNIMO NO BRASIL: O DISCURSO, ENTRE TEXTOS E CONTEXTO, POR TRÁS DA PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA – PEC 32 117

Caroline Müller Bitencourt

1	Introdução	117
2	O neoliberalismo para muito além de uma teoria econômica: os desafios à democracia.....	118
3	O Estado de bem-estar social e o contragolpe neoliberal: quem o Estado social ameaça?.....	124
4	Brasil da PEC 32: “apesar de termos feito, tudo que fizemos”	130
5	Conclusão.....	135
	Referências	136

A LEI N. 14.133, DE 2021, E A POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO E-MARKETPLACE PARA COMPRAS PÚBLICAS 139

Carolina Zancaner Zockun | Gabriela Zancaner Bandeira de Mello

1	Introdução.....	139
2	Exigências para aquisição de bens e serviços comuns	140
3	Marketplace digital.....	142
	3.1 Plataforma própria ou de terceiros.....	144
4	Credenciamento na Lei n. 14.133, de 2021	145
5	Credenciamento como possibilidade para um e-Marketplace	148
6	Conclusão.....	151
	Referências	151

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES 153

Julietta Mendes Lopes Vareschini

1	Introdução	153
2	Importância do planejamento.....	155
3	Plano de contratações anual	159
4	Conclusão.....	161
	Referências	162

A INOVAÇÃO E O PRINCÍPIO DA LEGITIMIDADE DE PROPÓSITO COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 4.0..... 163

Adriana da Costa Ricardo Schier | Mirela Miró Ziliotto

1	Introdução: a inevitável e necessária adoção de soluções inovadoras no âmbito da Administração Pública	163
2	Inovação e Administração Pública 4.0.....	164
3	Inovação e garantia de direitos fundamentais	169
4	Consequências da utilização da inovação na perspectiva de sua vinculação à proteção dos direitos fundamentais para efetivação do desenvolvimento sustentável	172
5	Conclusão.....	180
	Referências	181

DIREITO À CIDADE INTELIGENTE NO BRASIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS..... 187

Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira | Renata Vaz Marques Costa Rainho

1	Introdução	187
2	O que são cidades inteligentes?.....	188
3	Cidades inteligentes no Brasil.....	192
4	Conclusão.....	197
	Referências	198

CIDADES INTELIGENTES PARA GARANTIA DO DIREITO À CIDADE: UM DESAFIO NA AGENDA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 4.0..... 201

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro | Giulia De Rossi Andrade |
Letícia Oliveira Gondim

1	Introdução	201
2	Direito à cidade e a noção de cidades inteligentes.....	204
3	A Quarta Revolução Industrial e a evolução tecnológica na mobilidade urbana	208
4	Conclusão.....	215
	Referências	216

CIDADES 4.0: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS E PROCESSOS PARTICIPATIVOS COM FOCO NA CARTA BRASILEIRA PARA CIDADES INTELIGENTES 221

Aline Sueli de Salles Santos

- 1 Introdução 221
- 2 As cidades inteligentes na administração pública federal..... 222
- 3 A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e seu processo de elaboração.....225
- 4 Conclusão..... 228
- Referências 229

O DÉFICIT DO ACESSO AO DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL: SERVIÇOS PÚBLICOS UNIVERSAIS E INFRAESTRUTURA URBANA IGUALITÁRIA. É EFETIVAMENTE POSSÍVEL (IMPLANTAR) A CIDADE INTELIGENTE NO BRASIL 231

Karina Houat Harb

- 1 Introdução 231
- 2 Cidades sustentáveis: o que são e por que há déficit de acesso a esse direito no Brasil? 231
- 3 É possível a implantação das cidades inteligentes no Brasil, cuja viabilidade depende de vultosos investimentos do Estado, quando existe déficit de moradia, saneamento básico, transporte/mobilidade urbana e outros serviços públicos? 233
- 4 Como as cidades inteligentes podem contribuir para a efetivação do direito às cidades sustentáveis? 235
- 5 Conclusão..... 240
- Referências 241

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS..... 243

Regina Maria Macedo Nery Ferrari

- 1 Introdução 243
- 2 Inteligência artificial..... 245
 - 2.1 Aplicação 245
- 3 Conclusões 252
- Referências 252

ÍNDICE ALFABÉTICO 253